

# Simonsen: País tem que adotar a desindexação e orçamento único

23 JUN 1983

BRASÍLIA (O GLOBO) — O ex-Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, aconselhou ontem o Governo, a tomar três medidas — além das que já foram anunciadas — se o País quiser conter a inflação, reduzir o déficit público e baixar as taxas de juros: desindexar a economia brasileira, unificar os três orçamentos — monetário, fiscal e o das estatais — e tirar do Banco do Brasil a função de autoridade monetária.

Simonsen considera que estas medidas ajudariam também o Brasil a renegociar a sua dívida externa e a concretizar o acordo com o Fundo Monetário Internacional. Para ele, todas as medidas tomadas até agora (redução do Imposto de Operações Financeiras (IOF), eliminação dos limites quantitativos de crédito, corte dos subsídios, antecipações do Imposto de Renda e expurgo dos índices) estão na direção correta, mas precisarão de uma complementação.

Estas opiniões foram dadas ontem, no debate promovido pela Comissão de Economia da Câmara dos Deputados sobre as últimas medidas tomadas pelo Governo na área econômica. Ele falou sobre as dificuldades de ajuste econômico do País para uma sala lotada, na qual estavam presentes cerca de 50 Deputados e dois ex-Ministros: o Senador Roberto Campos (PDS-MT) e o Ministro do Tribunal de Contas da União Arnaldo Prieto.

Em seu pronunciamento, Simonsen enumera três causas da atual crise econômica brasileira: o segundo choque do petróleo, a explosão dos juros internacionais e o colapso da reciclagem competitiva (os bancos passaram a reciclar seus recursos para os países deficitários financiando seu balanço de pagamentos).

Estes fatores, aliados a outros problemas internacionais — a Guerra das Malvinas, a insolvência da Polônia e a moratória do México — fizeram os bancos diminuirem seus financiamentos, deixando o Brasil desprevenido, segundo Simonsen, com poucas reservas cambiais e uma alta dívida externa. Foi nesta situação que o Governo resolveu, no final do ano passado, recorrer ao Fundo Monetário Internacional, disse o ex-Ministro.

Simonsen descartou a possibilidade de o Brasil romper o acordo com o FMI e negociar a sua dívida externa diretamente com os credores americanos, deixando ao Fundo o seu papel de agente coordenador.

— Não há lógica em esperar que os países que rompam com o FMI consigam um tratamento mais favorável do que os que cumprem as suas cartas de intenção — afirmou.

No seu entender, o programa de renegociação da dívida externa brasileira deve ser adaptado ao sistema



O Senador Roberto Campos (à esquerda) conversa com Mário Simonsen

do Fundo Monetário Internacional. Ele lamentou, entretanto, a inexistência de uma agência financeira internacional para assumir os créditos dos bancos comerciais contra o Terceiro Mundo e os refinanciassem em prazos longos e demorados.

## MORATÓRIA UNILATERAL

Simonsen afasta também a idéia de o Brasil decretar a moratória unilateral, a exemplo do México. Segundo ele, as consequências disto para o Brasil, um País importador de petróleo e com reservas cambiais esgotadas, seriam dramáticas. As principais consequências dessa medida seriam a recessão interna e a perda dos créditos comerciais.

A única saída, segundo Simonsen, para que o Brasil ajuste o balanço de pagamentos, combatá a inflação e baixe os juros, afastando ao mesmo tempo a possibilidade de uma recessão, é o corte temporário dos gastos, o que implica um empobrecimento do País.

O método mais viável, no seu entender, para este ajuste do balanço de pagamentos é a desvalorização real da taxa de câmbio, alterando a estrutura de preços relativos do País, fazendo com que haja um superávit na balança comercial. Ele descarta a idéia de uma recessão para conseguir este ajuste. Tachando-a de "uma antítese da economia".

Simonsen apoiou a decisão do Governo de decretar a maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro, ressaltando, porém, que ela não foi eficaz em razão da economia brasileira ser totalmente indexada, o que resultou no recrudescimento da inflação, na exarcebamento dos juros e no desemprego.

Ele defende o expurgo das desvalorizações das taxas de câmbio, elevação de impostos e corte de

subsídios nos índices da economia como um meio de ajustar o balanço de pagamentos através do realinhamento dos preços relativos.

Estas medidas, entretanto, não terão eficácia se não forem acompanhadas de outras, como a unificação dos orçamentos, a desindexação e o fim da função de autoridade monetária do Banco do Brasil.

A unificação dos orçamentos — fiscal, monetário e das estatais — que seria fiscalizada pelo Congresso Nacional, é, conforme Simonsen, uma forma de evitar os gastos do setor público.

## DESINDEXAÇÃO

Para o ex-Ministro, só a desindexação fará com que a inflação caia realmente. Ele entende que o expurgo irá impedir a elevação da taxa inflacionária, mas não fará com que ela diminua.

Ele apresentou quatro alternativas para que o Governo desindexe a economia brasileira: estender progressivamente os intervalos de reajustes automáticos dos salários, aluguéis, preços administrados e prestações do BNH, aplicação dos redutores nos índices de preço a partir da utilização de uma inflação passada, adotar uma correção baseada numa inflação prevista, e deixar que a sociedade se desindexe por conta própria, negociando livremente os reajustes contratuais.

Durante os debates, Simonsen concordou com o Deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) de que a decisão sobre o expurgo dos índices deve ser política em razão das repercussões sociais que trará. Ele defendeu a livre negociação dos salários, criticando a política salarial que criou os reajustes semestrais, criando insegurança no trabalhador e aumentando o nível de desemprego.